

Práticas que ensaiam caminhos...

Pesquisa sugere que as práticas estudadas constituem dinâmicas de ação coletiva organizada, a partir da escola ou da comunidade, que mudam a relação de jovens, famílias, professores e técnicos envolvidos com a escola.

Um estudo recente sobre práticas socioeducativas orientadas para enfrentar o insucesso e abandono escolares traz-nos dados interessantes para discutir caminhos de democratização da educação nos 45 anos da democracia portuguesa – “EduPlaces/Locais educadores: práticas, vozes e percursos de educação inclusiva” (<http://net.ie.uminho.pt/eduplaces-cied>).

As dez práticas estudadas são desenvolvidas em projetos e contextos geográficos distintos, no quadro de dois programas nacionais, referenciados ao território e direcionados para superar o fracasso e abandono da escola, um baseado na comunidade, o outro na escola. Aquele painel de práticas foi selecionado com base em dados pertinentes (p. e., estatísticos), informação proporcionada pelo responsável institucional – entrevista semiestruturada, relatórios de atividades e de avaliação – e critérios fundados na literatura especializada.

Da análise global, ainda não final, dos dados produzidos na investigação, destacam-se algumas notas. Os responsáveis institucionais dos dez projetos selecionados indicaram quatro práticas de apoio ao estudo, três de mediação, duas de agrupamento de alunos – segundo a homogeneidade relativa de desempenhos académicos, em domínios curriculares e durante períodos temporais variáveis – e uma prática de diferenciação pedagógica como aquelas que mais contribuem para superar o insucesso e abandono escolares.

Quadros de ação. Estas dez práticas constituem contextos e quadros de ação coletiva organizada híbridos e contraditórios face a desigualdades em educação. Isto porque, estando integradas em políticas de ampliação da participação em educação focadas em públicos e territórios particulares, se desenvolvem num quadro de ação que aparece cindido.

Por um lado, professores, técnicos e responsáveis percebem as desigualdades em educação numa perspetiva global, geradas em processos estruturais e barreiras institucionais (pobreza, discriminação, padronização curricular, homogeneidade pedagógica, hegemonia e distância sociocultural); e tomam como referência político-pedagógica de ação um reportório cultural, um currículo, um núcleo de aprendizagens comuns nacionais. Por outro lado, esses técnicos, professores e responsáveis organizam-se *in situ* para agir, e mobilizar recursos (institucionais) limitados, com os concretos jovens nas precisas situações e urgências que em cada dia povoam as suas concretas e singulares salas de aulas e escolas.

São quadros de ação híbridos e contraditórios, que revelam a dimensão político-pedagógica de contextos de interação educativa, em que, quotidianamente, responsáveis institucionais, crianças, jovens, técnicos, professores e pais fazem escolhas e enfrentam escolhos que configuram mudanças socioeducativas (limitadas).

Reportórios de ação. As práticas de apoio ao estudo, de mediação, de agrupamento de alunos e de diferenciação pedagógica estudadas geram reportórios de ação pedagógica coletiva organizada que:

- alteram efeitos de barreiras institucionais e socioculturais à participação na aprendizagem, nos percursos individuais de jovens em desvantagem que logram reinventar sentidos do projeto escolar no seu projeto de vida; que encontram suportes e persistem em dominar o ofício de aluno;

- criam contextos educativos integradores e ambivalentes – p. ex., mais tempo para aprender e para progredir com atividades e objetivos individuais ou projetos de grupo, na turma a que pertencem, numa turma especial que seja nossa, num grupo e sala de apoio, com forte (ou aquém do desejado) envolvimento de mães/pais e famílias;

- suportam relações pedagógicas capacitantes que suscitam confiança e autonomia, alargam opções e horizontes de ação e sustentam decisões de jovens e suas famílias;

- interferem em relações de poder – constroem confiança, abrem espaços de presença do bairro na escola e da escola no bairro, facilitam a comunicação e a negociação entre profissionais, pais e comunidades.

A análise dos dados produzidos na pesquisa EduPlaces, ainda não finalizada, sugere que as dez práticas estudadas constituem dinâmicas de ação coletiva organizada, a partir da escola ou da comunidade, que mudam a relação com a escola de jovens, famílias, professores, técnicos envolvidos.

E deixa perguntas: que condições e propriedades detêm estas práticas para ‘contaminar’ repertórios de ação institucional e organizacional do sistema educativo e das escolas? em que termos logram desafiar a forma e a gramática escolares para responder a défices do dispositivo pedagógico (currículo, pedagogia, avaliação, organização da escola)? suscitam caminhos para uma outra educação? enfrentam escolhos de lugares de exclusão? de que modos interferem com orientações particularistas/individualizantes (públicos, territórios) e pedagogizantes (de condições e modos de vida) que pontuam as políticas públicas em que se integram?

Fátima Antunes